

Dependência e morte



Por **JOÃO DOS REIS SILVA JÚNIOR***

Sob a máscara da racionalidade técnica e do realismo fiscal, o Estado brasileiro administra a sobrevivência mínima das massas, transformando o trabalho sem direitos e a miséria estrutural em ferramentas de controle e resignação

“O problema não é que nada deu certo. É que deu certo demais” (Paulo Arantes).

A dependência não é um problema pendente, um atraso a ser superado ou um desvio corrigível por boas políticas. Ela é a forma normal de funcionamento do Brasil. Não se trata de insuficiência institucional, falha de gestão ou incompetência histórica. Trata-se de um regime que aprendeu a operar produzindo vidas sobrantes, futuros curtos e mortes administradas. No Brasil contemporâneo, a morte social não é exceção: é método.

A cada ciclo, a cada governo, a cada plano de estabilização, o discurso muda, mas a estrutura permanece. Celebra-se a racionalidade, a responsabilidade, o ajuste fino. E o resultado é sempre o mesmo: a convivência estável com massas humanas descartáveis, naturalizada como dado da realidade. A dependência não promete redenção. Ela oferece administração.

Os números existem para impedir o autoengano - e falham miseravelmente nessa tarefa. Dezenas de milhões de brasileiros vivem abaixo da linha da pobreza. Milhões sobrevivem em extrema pobreza, com renda incapaz de assegurar alimentação regular, moradia minimamente estável ou acesso contínuo a serviços públicos essenciais. Não se trata de resíduo histórico nem de crise passageira. É piso social.

A cada oscilação conjuntural, comemora-se a queda marginal de indicadores enquanto se preserva o essencial: a normalidade da exclusão. A pobreza de massas tornou-se componente estrutural do funcionamento social. O país aprendeu a conviver com isso e a chamar de realismo. Os números não chocam porque já foram absorvidos pela rotina administrativa da desigualdade.

O Estado forte para matar devagar

É um erro recorrente imaginar o Estado dependente como fraco, ausente ou capturado por interesses que o excedem. O Estado brasileiro não é impotente; ele é seletivo. Forte onde precisa ser, ausente onde convém. Regula com precisão os fluxos financeiros, assegura contratos, garante a solvência da dívida pública e protege rendas patrimoniais com zelo técnico.

Ao mesmo tempo, mostra-se cronicamente incapaz - ou deliberadamente ineficiente - quando se trata de assegurar trabalho digno, moradia, alimentação ou proteção social universal. Essa assimetria não é falha institucional. É o desenho.

A austeridade não é apenas política econômica; é moral pública. Ensina a aceitar a escassez como virtude e a desigualdade

a terra é redonda

como destino. Ao transformar decisões políticas em fatalidades técnicas, o Estado dependente governa dizendo que não há alternativa. E, ao fazê-lo, produz uma pedagogia da resignação. A morte social, nesse contexto, não é efeito colateral: é custo aceitável do equilíbrio macroeconômico.

As políticas sociais que sobrevivem a esse regime já não operam como direitos, mas como dispositivos de contenção. Não emancipam, não integram, não transformam. Administram. Garantem a sobrevivência mínima necessária para evitar o colapso aberto, mas jamais a recomposição plena da vida social. Mantêm corpos vivos, expectativas baixas e conflitos sob controle. O Estado não abandona totalmente: ele mantém no limite.

O mercado de trabalho não integra; classifica. A informalidade não é falha; é desenho. Trabalha-se muito, ganha-se pouco, protege-se nada. Empregos surgem sem direitos, sem estabilidade, sem horizonte temporal. Trabalhar deixou de ser mediação de cidadania e passou a ser técnica de administração da pobreza.

Não se está fora do sistema. Está-se incluído como força de trabalho descartável, funcional à compressão de custos e à maximização de rendas financeiras. O trabalho não protege da miséria; apenas a organiza. Trabalha-se para continuar pobre – e aprende-se a agradecer por isso.

O capital que dispensa a sociedade

É assim que o capital fictício resolve o problema social: dispensando-o. A economia pode crescer sem empregar, valorizar sem proteger, prosperar sem reproduzir a vida. A acumulação prescinde da sociedade. O crescimento deixa de ser promessa de inclusão e se converte em privilégio estatístico.

A dependência deixa de ser relação externa e se transforma em forma interna de organização da vida — ou do que sobra dela. Não se trata mais de impedir o desenvolvimento pleno, mas de administrar a sobrevivência precária como norma.

A explosão da população em situação de rua não é acidente urbano nem falha pontual de políticas públicas. É coerência estrutural. Quando o trabalho não garante renda, a renda não garante moradia e o Estado administra a escassez, a rua deixa de ser exceção e passa a ser destino plausível.

A cidade dependente aprende a funcionar com corpos espalhados pelo chão. Aprende a contornar, a ignorar, a passar por cima. A rua torna-se parte da paisagem — e a paisagem, parte do mecanismo.

Não falta comida. Falta acesso. Exporta-se como nunca, financia-se como sempre, e come-se menos. Crianças, idosos e famílias inteiras vivem sob privação alimentar enquanto o discurso técnico explica a necessidade de responsabilidade fiscal. A fome não é falha logística. É política implícita.

Manter a vida no limite é uma forma eficiente de governo. Garante-se a sobrevivência mínima necessária para evitar o colapso aberto, mas jamais a recomposição plena da vida social. Vive-se, mas por pouco.

Pensar como o centro

Nada disso se sustenta sem uma hierarquia cognitiva rígida. Pensar como os países do centro tornou-se obrigação. Avaliar-se pelos critérios do outro virou virtude. O país aprende a se governar com métricas que não produziu, categorias que não controla e temporalidades que não lhe pertencem.

A dependência não apenas empobrece: ensina a pensar pequeno. Naturaliza a subordinação como realismo técnico. Transforma decisões políticas em fatalidades administrativas. Governa-se dizendo que não há alternativa – e chama-se isso de maturidade.

a terra é redonda

A universidade pública ocupa lugar estratégico nessa engrenagem. Ao internalizar rankings internacionais, métricas de produtividade e critérios externos de excelência como horizonte último de valor, a universidade legitima a hierarquia cognitiva que sustenta a desigualdade social.

Produz-se conhecimento de ponta para poucos enquanto se precariza o tempo intelectual da maioria. Forma-se uma elite integrada aos circuitos globais de valorização simbólica enquanto vastos segmentos permanecem confinados à reprodução empobrecida. A universidade não corrige a desigualdade: ela a refina.

O bloqueio histórico não se manifesta apenas nos grandes indicadores. Ele se vive no corpo, no ritmo e no cansaço. Vive-se correndo, improvisando, remendando. O futuro desaparece como horizonte plausível e retorna como ameaça difusa.

Planejar vira luxo. Esperar, ingenuidade. A política se reduz à gestão do cansaço coletivo. A ansiedade deixa de ser patologia individual e se converte em forma social. Trabalha-se demais para viver pouco; vive-se pouco para continuar trabalhando. O tempo não se acumula; se consome.

A isso se chama lucidez. Não virtude moral, não consciência reconciliada, não sabedoria tardia. Lucidez é suportar a percepção de que a modernização cumpriu sua promessa ao produzir exclusão, barbárie administrada e fracasso normalizado.

É um esclarecimento sem consolo. Não oferece saídas porque não há saídas internas ao sistema. Oferece apenas a retirada das ilusões. A lucidez não salva; ela acusa.

As mortes por desespero

O ponto de choque aparece nas mortes por desespero. Suicídios, overdoses, alcoolismo, colapsos psíquicos, corpos que simplesmente desistem. Não são tragédias individuais. São indicadores sociais.

Morre-se devagar. Morre-se trabalhando. Morre-se esperando. A morte é diluída no tempo, tornada número, absorvida pela rotina institucional. Não interrompe o funcionamento da economia, não constrange os mercados, não perturba o discurso técnico. Pelo contrário: confirma que tudo segue funcionando.

Nada do que foi descrito até aqui se sustenta apenas pela força bruta. Governa-se também com cuidado, empatia e boas intenções. O corte de direitos vem acompanhado de linguagem técnica responsável. A precarização aparece como modernização. O empobrecimento estrutural é embalado como oportunidade de reinvenção.

Esse afeto governamental é uma tecnologia refinada. Ele neutraliza o conflito, reduz a indignação e transforma a violência estrutural em gesto pedagógico. Aprende-se a sofrer corretamente, sem barulho excessivo, sem expectativas desmedidas, sem perturbar a ordem.

A morte social não aparece como tragédia, mas como dado. A fome vira indicador. A vida nas ruas, tendência. As mortes por desespero, fenômeno complexo. Nada disso exige ruptura; apenas mais estudos, mais ajustes, mais paciência. Tudo muito humano. Tudo muito responsável.

O leitor talvez se pergunte, com certo desconforto tardio: é neste país que eu vivo?

A resposta não vem em grito nem em acusação. Vem serena, quase pedagógica: Sim.

E tudo foi feito com muito afeto.

***João dos Reis Silva Júnior** é professor titular do Departamento de Educação da Universidade Federal de São Carlos

(UFSCar). Autor, entre outros livros, de Educação, sociedade de classes e reformas universitárias (Autores Associados) [<https://amzn.to/4fLXTKP>].

a terra é redonda
existe graças aos nossos leitores e apoiadores
Ajude-nos a manter esta ideia.
CLIQUE AQUI ➔ **CONTRIBUA**

A Terra é Redonda